



TERRITÓRIO QUILOMBOLA, ETNODESENVOLVIMENTO E TURISMO NO NORDESTE DE GOIÁS

TERRITORY QUILOMBOLA, ETHNODEVELOPMENT AND TOURISM IN NORTHEAST OF GOIÁS

Maria Geralda de Almeida¹

RESUMO

Os Kalunga, população afrodescendente, são povos tradicionais que têm suas comunidades no Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga, no Nordeste de Goiás. O objetivo é refletir sobre a inserção de turismo e seus impactos políticos, econômicos e sociais à luz do etnodesenvolvimento. A atividade turística na comunidade dos Kalunga foi introduzida desde a década de 2000, com mais vigor na comunidade de Engenho II. A metodologia fez uso de consultas a sites, leituras de relatórios e dissertações sobre o tema e a realização de entrevistas no procedimento da pesquisa-ação. Os resultados apresentados derivam de análise feita na comunidade Engenho II. Conclui-se que os Kalunga daquela comunidade concebem a atividade turística como promotora da melhoria de vida para alguns e há o interesse por esta atividade. Contudo, a presença de turistas no Sítio não se deve ao etnoturismo, na opinião deles. Atualmente, o turismo favorece o enriquecimento de alguns, agravando as fissuras sociais. As possibilidades de fortalecimento do turismo e de fazer a inclusão social dos Kalunga dependem de mudanças de poder na Associação para o grupo excluído e posterior empoderamento da mesma.

PALAVRAS-CHAVE: Comunidades tradicionais; Impactos sociais e econômicos; Empoderamento

ABSTRACT

The Kalunga, African descendants, are traditional people who have their communities in Historical and Cultural Heritage Site Kalunga, at northeast of Goiás, the tourism activity in the community of Kalunga has been introduced since the 2000s, with more force in the community Engenho II. The methodology used the data from some sites, reading reports and dissertations about the theme and conducting interviews in the procedure of action research, beyond to reflecting on the integration of tourism and its political, economic and social impacts even in the Kalunga perception, it was considered important to reflect the tourism in the Kalunga to the light of ethno-development. The presented results are derived from analysis made in Engenho II community. We conclude that Kalunga conceive that tourism as a promoter of better living for some and there is interest in this activity; however, the presence of tourists in the site is not due to ethno-tourism, in their opinion currently the tourism favors the enrichment of some aggravating social fissures, the possibilities for strengthening tourism and make the social inclusion of Kalunga depends on empowerment of Association.

KEY-WORDS: Traditional communities; Social and economic impacts; Empowerment

Recebido em: 30/03/2016

Aceito em: 25/04/2017

¹ *Universidade Federal de Goiás, Goiania/GO, e-mail: mgdealmeida@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

Neste estudo, a concepção de desenvolvimento é lembrada face ao turismo e suas práticas no Sítio Histórico Patrimônio Cultural Kalunga. Conforme destacado em estudos anteriores por Almeida (2010a, 2010b, 2012), os Kalunga são comunidades quilombolas, ou, como denomina a Fundação Cultural Palmares, comunidades afrodescendentes. No Nordeste de Goiás, esses se auto-denominam Kalunga, vivendo no Sítio, uma área de 253,2 mil hectares, na trijunção dos municípios de Cavalcante, Teresina de Goiás e Monte Alegre de Goiás (figura 1).

A maior parte do Sítio, isto é, 71%, encontra-se em Cavalcante, mas ocupa apenas

26% da área total do município. Já em Teresina de Goiás, a despeito de ser somente 15% do Sítio, ele ocupa 50% da área total do município. Tal área contempla serras, vãos, cachoeiras reputadas pela beleza, rios, cerrados com fisionomias distintas, ainda conservadas, que se tornaram gradativamente atrativos turísticos no Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga. Em comunidades tradicionais, como as dos Kalunga (DIEGUES, 1997), como os territórios emergentes do turismo podem se associar ao etnodesenvolvimento? A etnogeografia possibilita conhecimentos para o etnodesenvolvimento e para consolidar os territórios que se emergem?.



Figura 01 - Entrada da área do Sítio Histórico e Patrimônio Cultural kalunga no município de Cavalcante. Fonte: Acervo da Autora, 2014.

Neste artigo propõe-se discutir essas questões pela percepção do turismo por parte dos Kalunga, como uma possibilidade de etnodesenvolvimento e uma maneira de fazer a

inclusão econômica e social, considerando a diversidade deles.

A despeito de frequentar o Sítio Histórico desde o ano 2001, uma pesquisa sobre Festas

Rurais em 2012/2015 levou-nos ao Engenho II e ao Vão de Almas. Nas festas, ter turistas era o objetivo máximo dos organizadores. Isso fortaleceu a hipótese de que a transformação do Sítio em território sociocultural emergente em atrativo turístico e, como fonte de renda para os Kalunga, decorreu da etnicidade. O etnodesenvolvimento poderia ser o procedimento utilizado para tal.

Para apresentar as análises e reflexões, optou-se por, inicialmente, abordar os procedimentos metodológicos e métodos norteadores que possibilitassem entender a leitura sócio-territorial dos Kalunga e a inclusão do turismo naquele território. Em seguida, a discussão tratará do etnodesenvolvimento e da consolidação das diversidades étnicas e culturais, o que servirá de respaldo para testar a hipótese. Já nos resultados, discutir-se-ão as possibilidades e os entraves para o etnoturismo, sobretudo diante da percepção dos moradores locais. À guisa de conclusão, evidencia-se que o etnodesenvolvimento e o turismo são possibilidades, porém, com desafios que serão abordados.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

Para este estudo, recorreu-se à abordagem da Geografia Cultural, usando a etnogeografia. Para Claval, “O método etnogeográfico reconstitui primeiramente a percepção que os homens têm do mundo e tem como preocupação as representações que uma sociedade faz do mundo, da natureza e das espacialidades das relações” (CLAVAL, 1999, p. 72). Assim, a etnogeografia convida o pesquisador a penetrar na intimidade dos grupos culturais, o vivido pelos homens, concretizado em crenças, valores e visão de mundo.

Nos procedimentos, procurou-se realizar uma investigação que, se alimentando dos aportes teórico-conceituais sobre o Território, a Territorialidade, o Etnodesenvolvimento, o Turismo e a Cultura se alinhasse com a proposta de etnogeografia de Claval (1996). Nela, há o sentido de privilegiar a dimensão territorial como categoria de análise. Nessa investigação,

procurou-se considerar, também, as paisagens emergentes de Cosgrove (1998), no sentido de rastrear o emergente na organização do espaço e na distinção de paisagens.

Para aprofundar as investigações sobre os temas acima citados e esclarecer as questões, além de simultaneamente testar a hipótese desta pesquisa *in loco*, no trabalho de campo buscamos inserir-nos na trama espacial do Sítio Histórico Patrimônio Cultural Kalunga. Nesta imersão, por meio das técnicas do DRP - Diagnóstico Rural Participativo (VERDEJO, 2006; SOUZA e PESSOA, 2009) com a observação participante e a caminhada transversal.

O propósito foi realizar levantamento quantitativo/qualitativo dos dados sobre relações de trabalho, lida com a terra, relações socioculturais, conhecimento do cerrado e o saber-fazer do cultivo dos quintais e gestão política local. Cabe ressaltar que, na geografia cultural, prima-se pela análise qualitativa, pela subjetividade e a percepção, as quais dão a densidade para os dados.

Com esses dados, realizamos análise dos lugares vividos, inclusive com a participação ou não e a percepção da atividade. Juntamente com as observações-participantes, a caminhada transversal, os dados foram importantes para com dados primários acrescentar o extrativismo, o artesanato e a medicina popular ainda presentes no modo de vida dos Kalunga.

Os trabalhos de campo para o Projeto sobre os Quintais agroecológicos foram realizados nas Comunidades de Engenho II, de Ema, do Ribeirão e Diadema. Eles nos aproximaram daquele Sítio. Já o Projeto de Festas Rurais acompanhou as festividades de Engenho II, Vão do Moleque, Comunidade do Ribeirão, do Tinguizal e do Ribeirão.

O principal procedimento, pesquisa-ação-participativa, largamente utilizada por Brandão (2002, 2005 e 2008), foi nosso fundamental instrumento, servindo-se ocasionalmente de entrevistas semi-estruturadas. Em rodas de conversa, durante os momentos das lidas na cozinha, nos quintais e nas festas, a ação-participante propiciou “para

que a construção do saber se dê num espaço multifacetado de troca, de partilha e de negociação cultural” (BRANDÃO, 2008, p. 18).

A caminhada transversal, ou travessia, tornou-se literalmente a troca de saberes, uma vez que eles apresentaram os seus saberes do espaço vivido e interagem com eles os conhecimentos científicos. Era um diálogo de saberes enquanto atravessávamos roçados, andávamos nos caminhos para os quintais, cachoeiras e acompanhávamos as folias nos giros pelas casas. Eles nos falavam de suas histórias, problemas, crenças, nomeavam plantas e famílias, entrávamos nos quintais e eu mostrava meu saber sobre os problemas atuais, a prática do turismo, os embriões dos conflitos sociais e culturais na comunidade, as plantas do meu conhecimento que também existiam nos quintais dos Kalunga.

Além destes procedimentos também, nesta seção, serão abordados os conceitos e categorias fundamentais neste estudo.

2.1 ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL KALUNGA E O ENCONTRO COM O TURISMO

De acordo com Little (2002, p.40), se trabalha o etnodesenvolvimento principalmente no nível local, “justamente porque é nesse nível onde existem maiores oportunidades para os grupos étnicos exercerem influência nas decisões que lhes afetam”. Este é o primeiro passo para promover mudanças nas suas práticas econômicas e sociais. Concordando com o foco proposto pelo autor, inicia-se com a abordagem questionando em que os Kalunga de Engenho II, um grupo étnico diferenciado, se interessam ao turismo?

Embora haja a divisão político-administrativa, o Sítio se delimita por aspectos geográficos em quatro principais subterritórios de aglomerados populacionais conforme, principalmente, os vales fluviais (MARINHO, 2008): o Engenho II, considerado mais dotado de infraestrutura, mais próximo de núcleos urbanos e de fácil acesso; o Vão do Moleque; o Vão de Almas e o Ribeirão dos Bois, toponímia associada aos cursos d’água locais. Esta divisão e

terminologia é usada pelos Kalunga para os diferentes espaços por onde espalham as dezenas de comunidades.

Em relação à população do Sítio, o Laudo Histórico sobre a Comunidade Kalunga (1998) estimava 4.200 pessoas. Essa população era maior que aquela apresentada nos dados de 2004, descritos por Marinho, cuja estimativa era de 3.752 habitantes, isto é, 958 famílias distribuídas em 884 domicílios. Na ausência de um Censo específico do IBGE para grupos étnicos afrodescendentes, recorreremos às estimativas.

A despeito de se considerar que são detentores de um patrimônio, o reconhecimento nacional ocorreu em 2009, em 20 de novembro. Desde então, eles lutam pela demarcação e titulação das terras, reconhecimento de identidades culturais com políticas específicas. Breve, negociam, contemporaneamente, empregando as identidades territoriais que ficaram adormecidas nas últimas décadas do século XX, devido à violência, à invisibilidade tão ameaçadoras às suas territorialidades.

O Sítio configura-se, de acordo com a concepção do Bonnemaision (1981, p. 256), como um geossímbolo, “um lugar, um itinerário, um acidente geográfico, que por razões políticas, religiosas, históricas ou culturais, possui aos olhos de certos grupos sociais ou povos uma dimensão simbólica que alimenta e conforta sua identidade”.

Essa construção da identidade territorial decorre, também, de interferências externas e da dimensão simbólica do lugar e da paisagem cultural ter constituído um atrativo singular, exótico para o turismo.

A paisagem cultural é a imagem sensorial, afetiva, simbólica e material dos territórios, nas palavras de Beringuier (1991). A paisagem cultural, tal como Beringuier a concebe, ilustra-se neste âmbito com o Sítio do Patrimônio Histórico Cultural Kalunga, banhada de elementos imateriais e intangíveis que se revelam no cotidiano, nos conflitos, nos risos, nas festividades, nas lidas, nas cores, nas sonoridades e nos odores.

TERRITÓRIO QUILOMBOLA, ETNODESENVOLVIMENTO E TURISMO NO NORDESTE DE GOIÁS

O lugar/paisagem Sítio Patrimônio Histórico Cultural Kalunga emerge palpitante de vida e de movimento conduzidos pelos Kalunga, que dão um significado e um valor ao local. E a paisagem cultural pode ser uma maneira de demonstrar a identidade territorial que os turistas buscam ao visitar aquele território: um lugar de quilombolas, um sítio Kalunga.

Este é um dos desafios de uma comunidade que procura atrair visitantes pela sua rusticidade, tradições, e necessita modernizar-se com aquisição de produtos alimentares industrializados e uso de equipamentos modernos na agricultura, nas festividades e na cozinha. Neste sentido, ela se preocupa com a autonomia cultural, que Batalla (1991) destaca, buscando uma forma de desenvolvimento que seja compatível com seus recursos social, cultural, econômico e ecológico.

A dispersão territorial em pequenas unidades produtoras, chamadas de roçados, é uma das características da economia local. As limitações topográficas e a escassez de terras férteis levam os Kalunga do Engenho II a explorar as faixas de terras marginais, como encostas, topos de morros e, às vezes, em áreas de fazendeiros.

Além disso, devido à distância, eles são obrigados a caminhar no mínimo duas horas para chegarem aos seus roçados. Ali, com o uso da enxada e da foice, eles plantam mandioca, milho, arroz, batata doce, abóbora, feijão, fumo e algodão, sem fertilizantes e agrotóxicos, fato comentado por eles com bastante orgulho. Portanto, contemplam estratégias de pluriatividades de uso da terra que garantiram uma base alimentar e a consolidação da identidade étnica e cultural das territorialidades da comunidade Kalunga.

De produtos produzidos pelos Kalunga, o que tem maior valor comercial é a farinha, reputada pela qualidade em todo Norte e Nordeste Goiano. Mais recentemente, também a cachaça “Maquiné”, de fabricação artesanal e vendida por um “kalungueiro”, em Engenho II.

Em pequena escala, os Kalunga extraem do cerrado frutos como o pequi, o buriti, o

jatobá, o cajuzinho e o baru em menos quantidade, dependendo da estação do ano. Todavia, ainda hoje as matas, os pastos naturais, os recursos hídricos são explorados de forma comunal. O Sítio, por lei, tem terras coletivas, o que caracteriza um território imposto, porém com territorialidades múltiplas.

Os Kalunga construíram um território naquele Sítio. Conforme já o afirmamos (ALMEIDA, 2010), território é, antes de tudo, uma convivialidade, uma espécie de relação social, política e simbólica que liga o homem à sua terra e, ao mesmo tempo, constrói sua identidade cultural. Também é o modo como criam uma identidade e “enraízam-se” no território, produzindo uma paisagem cultural que se torna um patrimônio e objeto de turismo cultural.

O turismo é um fenômeno social que manifesta um crescimento constante, considerado também como uma importante fonte de riqueza econômica e como oportunidade para impulsionar áreas deprimidas nos aspectos econômicos e sociais. Por esse motivo, ele foi introduzido no território Kalunga com o apoio do Serviço de Apoio a Pequenas e Microempresas -Sebrae, parceiro da Goiás Turismo no fomento desta atividade. Natureza, cultura, mitos e fantasias criaram a imagem Kalunga e os atrativos turísticos para tal.

Costuma-se explorar o isolamento, as tradições do tempo da escravidão, o retorno ao século XIX como motivadores para as visitas ao Sítio Histórico Patrimônio Cultural. Neste caso, agentes publicitários e de turismo exploram esse mito. Eles “contam” uma história de isolamento do quilombo como justificativa da pobreza e práticas tradicionais, fantasiosa, mas bastante atrativa.

A categoria quilombo passou a ser discutida por antropólogos e sociólogos que defendem ser o quilombo uma comunidade e, como tal, é uma unidade viva, um locus de produção material e simbólica. O quilombo institui-se como um sistema político, econômico, de parentesco e religioso, que margeia ou pode ser alternativo à sociedade abrangente, conforme a definição proposta pela ABA (2017).

TERRITÓRIO QUILOMBOLA, ETNODESENVOLVIMENTO E TURISMO NO NORDESTE DE GOIÁS

Também Munanga e Gomes (2005) reafirmam a presença de negros diversos naquele espaço e o quilombo ser uma organização de uma sociedade livre. Ou seja, eles ressaltam a presença de negros alforriados, também preferindo morar nos quilombos, sendo essa, atualmente, a versão mais aceita sobre a formação dos quilombos.

Nesse sentido, espera-se que o turismo seja uma estratégia e também um recurso para apresentar uma história em uma versão real e desmistificar os mitos sobre a formação dos quilombos/Kalunga.

Embora ainda careçam de inventários aprofundados, pode-se afirmar que se delineiam três territórios de turismo no Sítio: a) território do Engenho II; b) território do Vão de Almas e do Vão do Moleque; c) o território de Teresina de Goiás - Monte Alegre de Goiás, ao longo da GO-118. A apresentação deles está na sequência.

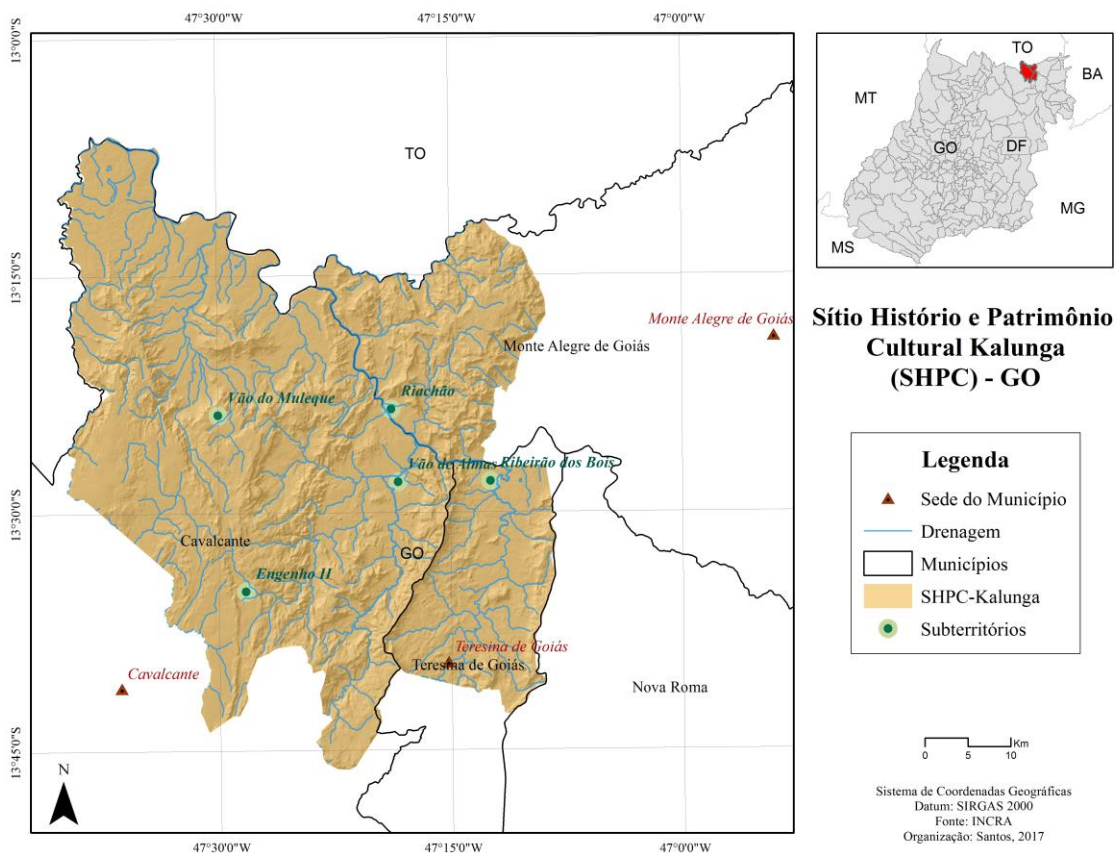


Figura 02 - Mapa do sítio histórico e Patrimônio Cultural Kalunga. Fonte: SANTOS, S; 2017

O território do Engenho II contempla a comunidade de igual nome, situada a cerca de 20 km da cidade de Cavalcante, tem a facilidade de acesso, uma infraestrutura que se consolida e os atrativos naturais mais visitados: a Cachoeira Kandarú, Cachoeira Capivara e a Cachoeira Santa Bárbara, esta considerada como a mais bela

queda d'água do Sítio Histórico e do Norte Goiano, superando mesmo aquelas do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros. .

Por esse motivo, o turismo surge como uma fonte de renda e de trabalho muito desejável no início dos anos 2000, introduzido com o apoio do Sebrae. Os técnicos do Sebrae

encontraram, em Engenho II, um líder comunitário Kalunga que se interessou pela proposta e implantou na Comunidade a prática do turismo na lógica da mercantilização: acessos controlados e pagos, visita guiada para as cachoeiras por um Kalunga e hospedagem.

Há um súbito e crescente interesse pelos bens culturais e pelos grupos étnicos, o que pode explicar o fato de o Sítio dos Kalunga ter se transformado em um dos atrativos turísticos mais visitados no Estado de Goiás pela população do Distrito Federal.

Com olhares curiosos, os visitantes observam o agrupamento de casas sem arruamentos, as “casas kalungas”, construídas pelo governo. Avistam algumas mulheres e crianças adornadas com rastafári e outros visitantes se aventuram mesmo a encomendar

uma refeição caseira para o retorno da visita às cachoeiras.

Progressivamente, no Engenho II incluiu-se a hospedagem, camping rústicos, refeições possíveis em seis residências, sendo uma delas do próprio líder comunitário. Este, desde o final de 2013, tornou-se um empresário melhor sucedido entre os Kalunga, com um restaurante privado, de porte médio e a posse de uma área para camping. Também, as suas paisagens vividas adquiriram valor simbólico por derivação das transformações espaciais colocadas pela modernização incentivada pelas atividades turísticas (Figura 3).

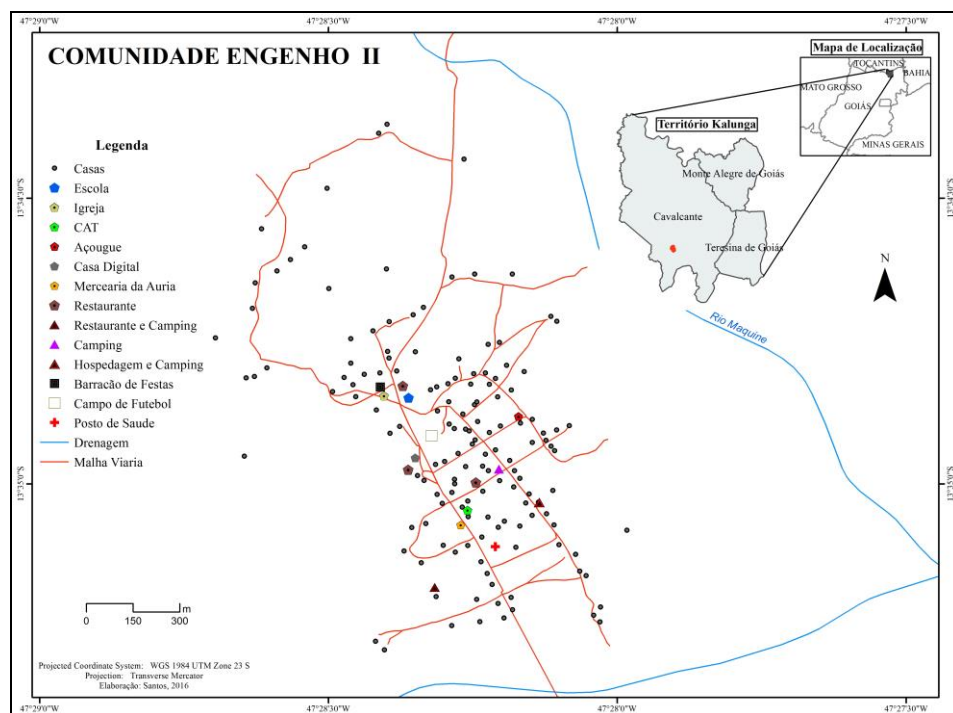


Figura 03 - Localização de alguns dos estabelecimentos sociais e de hospedagens de Engenho II, no Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga – GO Estação meteorológica Campbell CR-1000 (Visada norte A; Visada sul B).Org: Maria G. Almeida .Elaboração: SANTOS, 2016.

Este território de Engenho II destaca-se, ainda, pela ocorrência de um expressivo evento festivo, a Folia de Santo Antônio, convenientemente deslocada de junho para 13 de julho. Neste dia, faz-se o arremate da folia,

uma “janta” farta e ainda um forró, sendo os dois últimos os atrativos para um afluxo de visitantes que supera 200 pessoas na data. Os Kalunga se aproveitam para “bons negócios” com a venda de

bebidas alcoólicas, de comida junina, de tubérculos locais, de rapadura e de água.

Os territórios do Vão de Alma (60 km de Cavalcante) e do Vão do Moleque (120 km) têm dificuldades de acesso, de infraestrutura e carência de atrativos naturais. Esses territórios conseguem ter destaque com folias e festas religiosas. Os participante/visitantes deslocam-se de várias localidades e, durante um tempo, alojam-se em ranchos precários nos lugares festivos para celebrar seus santos, fazer seus pequenos negócios, reforçar os laços identitários e territoriais.

Os grandes festejos dos Vãos são duas romarias: em agosto, a Romaria de Vão de Almas, com o Império do Divino Espírito Santo e novena a Nossa Senhora da Abadia. E, em setembro, a Romaria do Vão do Moleque, com novenas a Nossa Senhora do Livramento, Nossa Senhora das Neves e São Gonçalo. Nesta acontece o Império e a Coroação, mantendo as tradições de festejar os imperadores dos Kalunga. Essas festas, com forte presença das tradições, constituem o diferencial no turismo desse território.

O território de Teresina de Goiás - Monte Alegre de Goiás, ao longo da GO-118, apresenta-se com atrativos turísticos mais diversificados, se comparado aos Vãos do Moleque e das Almas. Em novembro de 2000, foi realizado pelo Grupo Nativa, em parceria com o SEBRAE/GO, o Inventário da Oferta Turística de Teresina de Goiás. Segundo os seus resultados, a presença da Comunidade Kalunga, em grande parte do seu território, conformaria a identidade turística do município, um diferencial em relação aos demais municípios da Chapada dos Veadeiros. Contudo, quase 17 anos após, o turismo nem lança raízes naquele território.

Em inventário mais recente, Lima e Almeida (2011) constataram que o território dessas comunidades é dotado de elementos que podem ser atrativos para o turismo rural, para o turismo de pesca, o turismo de natureza, ecoturismo e turismo cultural. Elas identificaram cinco locais potencialmente turísticos com a colaboração dos próprios Kalunga das comunidades:

1) Ribeirão dos Bois: potencialidades de atrativos turísticos, especialmente por propiciar banhos no verão e a prática de canoagem e de bóia-cross em partes mais acidentadas do córrego.

2) Rio Paranã: possui corredeiras em alguns locais, profundidade e aspecto caudaloso em outros. Na confluência com o Ribeirão dos Bois, a Serra da Contenda, ao fundo, constitui uma paisagem bastante atraente. O rio é propício para atividades, tais como canoagem, passeios de barco, banho, pescaria, e possibilita a implantação de tirolesas.

3) Trilhas pelo cerrado: trilhas pelas matas da região constituem-se em um atrativo para observações da vegetação, de animais. Além disso, ao ser realizada na companhia de um Kalunga, elas permitem conhecimentos sobre as espécies, os saberes e tradições locais dos Kalunga.

4) Funil: esse é o lugar preferido para a pesca por muitos moradores das comunidades Kalunga, e também, de turistas/pescadores vindos principalmente do Distrito Federal. A paisagem compõe-se do rio encaixado e a intensa correnteza das águas.

5) Casa de Farinha: criada pelo governo municipal de Teresina de Goiás, por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura (Pronaf), do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, localiza-se nas proximidades da escola de Diadema. A Casa é o espaço no qual especialmente as mulheres exercitam práticas tradicionais do preparo deste alimento, o convívio e a sociabilidade.

Desde setembro de 2011, o Centro de Excelência do Turismo – CET, da UnB - DF, anuncia em seu site a inauguração do Memorial Kalunga Casa de Dona Lió - Fazenda Ema, Teresina de Goiás/GO. Dona Lió é uma personagem respeitada pelos Kalunga, devido aos seus conhecimentos, à sua sabedoria e, além disso, é a parceira principal na Comunidade Ema. A construção do Memorial, no mesmo local onde era sua casa de adobe, pretende tornar-se um museu com seus objetos pessoais, embora haja quase três anos que as obras tenham sido

paralisadas. Ainda não oferece condições para ser visitada.

Cabe ressaltar que, nestes três territórios, aquele de Engenho II destaca-se por ter uma Associação de Guias e Condutores que desempenha papel importante na geração de trabalho e renda para os jovens daquela comunidade. Cada “guiagem” custa R\$80,00 para o grupo de visitantes, no qual o número máximo é de oito pessoas.

Em 2008, havia aproximadamente 21 condutores inscritos na Associação e, curiosamente, 11 eram da família Maia, 5 da família Rosa, 2 da família Silva e o restante de diversas outras famílias. Estes dados são reveladores do empoderamento de algumas famílias, do abandono total das atividades tradicionais dos roçados e criações por parte dessas famílias ao terem um número tão elevado de membros na atividade turística.

Em 2012, o número de condutores já alcançava 70, embora alguns estivessem em Brasília, Goiânia e Cavalcanti para estudos e exerçam a prática de condução esporadicamente, nas férias e feriados.

Em fevereiro de 2014, de acordo com informações no próprio CAT de Engenho II, existem trinta moradores que trabalham como condutores. Cabe ressaltar que os Kalunga atualmente residindo em Brasília para seus estudos regressam nos feriados para atuar na condução de visitantes ou vender refeições, ganharem uma renda que é expressiva para três dias de trabalho. O território destes Kalunga são em redes, próximos e distantes por esta característica.

Atualmente, a Associação dos Condutores possui algumas dezenas de inscritos. Destes, 10 ficam no CAT diariamente. O restante tem a atividade turística como complementar, pois se dedicam a cuidar do roçado, do quintal, ajudar ao vizinho no seu roçado. A agricultura de subsistência é ainda uma importante fonte de sobrevivência dos moradores.

2.2 ETNODESENVOLVIMENTO E FORTALECIMENTO DAS DIVERSIDADES ÉTNICAS E CULTURAIS

As primeiras sistematizações sobre etnodesenvolvimento surgiram em 1981, na Reunião de Peritos de Etnodesenvolvimento e Etnocídios, na América Latina, em Barbados. O objetivo daquela Reunião era criar a possibilidade de pensar um desenvolvimento que fosse adequado à condição étnica de cada sociedade, isto é, um desenvolvimento com etnicidade. Ela teve sucesso com a sólida contribuição de antropólogos e sociólogos e instituições como a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais - Flacso e Organização das Nações Unidas - ONU.

Tal fato forneceu um valor político e teórico-acadêmico ao etnodesenvolvimento. Cabe destacar que, no cenário mundial, a ONU foi a principal articuladora de eventos e discussões que culminavam na busca e entendimento de um novo modelo de desenvolvimento/etnodesenvolvimento referência para outros povos. Assim, em 1982, o antropólogo Bonfil Batalla foi o primeiro a definir o etnodesenvolvimento:

é o exercício da capacidade social dos povos indígenas para construir seu futuro, aproveitando suas experiências históricas e os recursos reais e potenciais de sua cultura, de acordo com projetos definidos segundo seus próprios valores e aspirações. Isto é, a capacidade autônoma de uma sociedade culturalmente diferenciada para guiar seu desenvolvimento (BATALLA, 1982, p141.).

Esta concepção do Batalla valoriza a cultura e a autonomia de povos indígenas no desenvolvimento. Outro antropólogo mexicano, o Stavenhagen, também abordou o etnodesenvolvimento, considerando-o a dimensão esquecida do desenvolvimento. Para ele, o termo “etnodesenvolvimento” tem duas grandes acepções na literatura especializada: 1) o desenvolvimento econômico de um grupo étnico; e 2) o desenvolvimento da etnicidade de um grupo social (STAVENHAGEN, 1985). Na realidade, as duas acepções não são excludentes.

Ao contrário, elas existem em relação dialética constante, de tal modo que o desenvolvimento da etnicidade sem um correspondente avanço no plano econômico só promoveria a existência de grupo étnico marginal e pobre.

Para Grunewald (2003), o etnodesenvolvimento emerge como uma proposta para reorganizar os sistemas econômicos e sociais. Desta forma, esses permitem a populações etnicamente diferenciadas serem inseridas em uma perspectiva de desenvolvimento, sem necessariamente romper com suas características étnicas e culturais específicas.

Etnodesenvolvimento tem se consolidado como iniciativa de resistência (ANDERSON, CLAY, 2002; LITTLE, 2001, 2002; GRUNEWALD, 2003; PINTO, 2007; DEUS, 2009) que se contrapõe ao modelo “desenvolvimentista” hegemônico, contrário a valorização dos saberes e conhecimentos tradicionais.

Neste estudo, adotou-se a concepção de etnodesenvolvimento de Batalla (1982), as acepções de Stavenhagen (1985) e aquela reelaborada pelo Grunewald (2003), no que diz respeito a considerar a etnicidade.

O reconhecimento e a aceitação dos Quilombolas como grupo étnico resultam de um longo processo histórico e político na sociedade brasileira. Batalla (1991) nos lembra de que a relação significativa necessária para conceituar e definir o grupo étnico é aquela que se estabelece entre uma sociedade e sua cultura própria, o que no Brasil ainda tem seus percalços.

A concepção de Batalla sobre grupo étnico, já apresentada, é esclarecedora do atual contexto das ações e políticas valorativas direcionadas para o grupo étnico dos Kalunga. O foco central de quaisquer programas ou atividades que visam o etnodesenvolvimento é o grupo étnico e suas necessidades econômicas e reivindicações políticas.

Batalla (1982) afirma que o etnodesenvolvimento requer que as comunidades sejam efetivamente gestoras de seu próprio desenvolvimento, que busquem

formar seus quadros técnicos – antropólogos, engenheiros, professores etc. Isso facilita a conformar unidades político-administrativas que lhes permitam exercer autoridade sobre seus territórios e os recursos naturais neles existentes, de serem autônomos quanto ao seu desenvolvimento étnico e de terem a capacidade de impulsioná-lo.

Assim é que ele já existiu nos planos do Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA, figurando até 2016 no site do MDA.; o ano de 2005 foi um marco do princípio de divulgação de ações mais sólidas e tipificadas, como políticas de etnodesenvolvimento para os Quilombolas.

A vertente mais ressaltada do etnodesenvolvimento é a autonomia cultural. Assim, a autonomia cultural implica ter uma participação direta nas decisões sobre o destino dos recursos naturais contida no seu território e, igualmente importante, o controle sobre os recursos culturais do grupo (língua, organização social, práticas tecnológicas). A autonomia cultural, para funcionar como um verdadeiro subsídio para o etnodesenvolvimento, teria que operar em pelo menos três planos: político, econômico e simbólico.

No plano político, os apelos à autonomia cultural procuram eliminar os fortes vestígios do “colonialismo interno” (CASANOVA, 1969). A estrutura política da autonomia cultural varia de país em país, devido às distintas formas vigentes do colonialismo interno e do desenvolvimento nacional.

. Referenciando-se nos acordos e convenções internacionais sobre o racismo e direitos humanos, assim como nos acordos e nas leis brasileiras, o Governo instituiu a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial, em 2003 (SILVA, 2010). Nela, o Governo tem uma base legítima para articular os discursos de igualdade racial e desenvolvimento étnico.

Desde 2004, o Governo lançou o Programa de Brasil Quilombola e sua consequente proposta de desenvolvimento étnico para as comunidades de quilombos. Até o presente, este é o primeiro e único Programa nacional para o etnodesenvolvimento quilombola. A

coordenação geral do Programa é de responsabilidade da SEPIR, que atua em conjunto com os 11 ministérios que compõem o seu Comitê Gestor. Contudo, cabe ressaltar que as ações executadas por diversas vezes extrapolam a competência desses órgãos.

Em conformidade com o Decreto 4887/2003, o etnodesenvolvimento, imbuído dos propósitos do Programa Brasil Quilombola e, de acordo com Silva (2010), tornou-se uma missão dos diferentes órgãos governamentais, afirmando ser o meio de garantir a reprodução social, cultural, econômica e física das diversas comunidades étnicas. O Programa Brasil Quilombola participou do PPA – Brasil Maior de 2012-2015, com ênfase no Projeto “Quilombos das Américas – Articulação de Comunidades Afrorurais”. Contudo, nos sites do PBQ e SEPIR não constam informações sobre o Programa Brasil Quilombola desde agosto de 2016, quando assumiu o governo Michel Temer.

No plano econômico, a autonomia cultural propõe a tarefa de sair das situações de “desenvolvimento por pilhagem”. Os grupos étnicos estão tentando elaborar práticas produtivas que garantam o abastecimento das suas necessidades básicas, ao mesmo tempo em que permitam a produção de excedentes a serem utilizadas na geração de renda para a compra de produtos industrializados. Todavia, o mercado para adquirir esses produtos ainda é débil e a oferta é restrita aos locais de sua produção. O guia para a elaboração dessas práticas reside nos conhecimentos da etnoecologia. As relações ecológicas existentes, tomadas no seu conjunto, mostram os caminhos da sustentabilidade ambiental por ser, em muitos casos, um exemplo empírico dela.

No plano simbólico, o etnodesenvolvimento local requer controle sobre os conhecimentos científicos e sobre os processos educativos. Quanto ao conhecimento científico, a valorização e fortalecimento dos “saberes locais” e suas tecnologias associadas constituem uma tarefa importante (LITTLE, 2001).

3.RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Oportunidades e desafios recentes para o etnoturismo e o olhar dos Kalunga

O turismo paradoxalmente contribui para assumir a identidade Kalunga para transformá-la em um slogan para as conquistas, e também para as lutas pela terra e em mercadoria para atrair os visitantes. Nesse contexto, as dinâmicas que se instauram sinalizam para uma dualidade entre criar e manter os traços que exotizam a comunidade face aos olhos dos visitantes, e adotar a tecnologia que serve para inseri-la no mundo moderno.

Neste caso, os Kalunga podem optar pela hibridização das alternativas e buscarem seu desenvolvimento próprio. O desafio para eles é utilizar as conexões que mantêm com grupos e instituições nos outros níveis - organizações não governamentais, órgãos governamentais, agências multilaterais de financiamento – para seu próprio benefício.

Algumas ações engendradas pelas instituições procuram transformar a natureza e a cultura dos Kalunga em oportunidades. Entre elas, três projetos realizados pela Universidade Federal de Goiás. Um deles, a oficina “Informação e Receptividade Turística”, oferecida no Projeto “Kalunga Cidadão”, na comunidade Engenho II, em 2013.

O outro, um Projeto de Extensão como parte das ações do projeto “Troca de Saberes no Cerrado: Valorização dos Quintais, Segurança Alimentar e Cidadania nas Comunidades Kalunga em Teresina de Goiás”, consistiu igualmente em oficinas nas comunidades Kalunga de Teresina de Goiás, ao longo de 2012/2013. O Programa Kalunga Cidadão do PROEXT-MEC, desde 2014, promoveu várias oficinas em Cavalcante Monte Alegre e Teresina de Goiás. As referidas oficinas foram para motivar, esclarecer e capacitar os Kalunga em noções sobre o turismo, valorizando a cultura própria e sua relação com o Cerrado.

A UnB criou e busca implementar o projeto “Observatório para o Turismo Sustentável de Cavalcante”, executado pelo Centro de Excelência em Turismo (CET/UnB), com a parceria da Fundação Banco do Brasil. O Observatório nasceu com o objetivo de ser um

banco de dados, e também uma ferramenta que possibilite uma gestão turística planejada e compartilhada com a comunidade, com acompanhamento mensal da análise da atividade turística.

Paralelo ao Observatório, foi lançado no CET/UnB o guia Cavalcante - chapadões, águas e cultura cerratense – Goiás, em março de 2012. Este guia resulta do Projeto de Capacitação Profissional em Turismo, da Fundação Banco do Brasil. Seu objetivo, entre outros, é servir às suas comunidades como instrumento que oferece opções para o ecoturismo e para a construção de estratégias de desenvolvimento sustentável.

Como desafios para o turismo naquele Sítio, três outros ainda se destacam. Primeiramente, a Associação dos Quilombolas não consegue ser uma interlocutora para discutir e implementar um plano de desenvolvimento do turismo na escala do Sítio. Prevaecem os interesses particulares de comunidades e mesmo de cada Kalunga.

Segundo, são as operadoras, agências de turismo externas, com atividades turísticas, que já consolidam uma regularidade de visitas turísticas no Sítio Kalunga. Algumas delas são indicadas aos turistas no CAT – Cavalcante e operam a partir daquela cidade. Outras têm sites, e sedes em Brasília e em Alto Paraíso, trabalhando com um público diversificado. Destaque para Suçuarana Roteiros e Expedições, que inclui Roteiro de Vivência da Cultura Kalunga, Roteiros diversos do Sítio Histórico Kalunga e outros, demonstrando uma atuação em várias modalidades de turismo. O pouco envolvimento dos Kalunga com as atividades das operadoras elimina a possibilidade de construir um projeto comum de interesse dos Kalunga.

Terceiro, é a pouca valorização do turismo nas gestões municipais de Monte Alegre de Goiás, Teresina de Goiás e Cavalcante. Tal fato reflete na pouca articulação e envolvimento municipal com os Kalunga na promoção desta atividade.

A atual turistificação do patrimônio cultural e natural favorece sua mercantilização. O valor que os bens culturais possuem, por um

lado, é o que a sociedade por suas práticas sociais lhe atribui e, por outro lado, é o definido pelos interesses da lógica do mercado. O turismo, nesse processo, reinventa o patrimônio cultural, como tem ocorrido com os Kalunga e intuitivamente adota, apropriadamente, o etnodesenvolvimento.

Contudo, o principal desafio para os Kalunga reside, ainda, na interação a estabelecer com o mercado. Neste aspecto, uma primeira dificuldade encontra-se na rigidez dos valores com que o mercado funciona - incessante procura do lucro; visão de curto prazo; interesses coletivos como externalidade; tendência ao monopsônio, que muitas vezes não se compatibilizam com os valores locais.

Uma segunda dificuldade é o dinamismo e as exigências das redes regionais, nacionais e internacionais do mercado que podem minar as bases da autonomia cultural. Por outro lado, com a adoção de “desenvolvimento alternativo” fica cada vez mais difícil consolidar práticas de etnodesenvolvimento excludentes do mercado.

Estas dificuldades ainda se defrontam com outra questão sobre a motivação dos Kalunga para pensarem no turismo como a possibilidade de desenvolvimento local. Para responder esta questão, me basearei na pesquisa realizada em Engenho II, em fevereiro 2014, com moradores Kalunga. Foram 26 entrevistados; 20 deles disseram estar de acordo com a prática de turismo no Sítio. Igual número admite que o turismo traga benefícios para a Comunidade. Entretanto, 22 entrevistados confessaram conhecer famílias que melhoraram de qualidade de vida com o turismo embora, dentre eles, somente quatorze tenham familiares como condutores na atividade turística. Ou seja, percebem que as atividades turísticas favorecem economicamente outros membros Kalunga.

No que diz respeito ao capital cultural, quase 80% dos entrevistados pensam que os visitantes se interessam pelas cachoeiras, mas 16 deles acreditam que o modo de vida Kalunga atrai o interesse dos visitantes, e um número expressivo (9 entrevistados) diz que a cultura não é atrativa..

À luz do exposto, ressalta-se que o estabelecimento de uma situação de autonomia cultural não implica o desligamento do grupo local do mundo maior, sobretudo pela inevitável interdependência do mundo atual. O que precisa ser pensado por parte do grupo étnico é quais interações devem ser feitas, com quais instituições e para quais finalidades, ou seja, a escolha dos parceiros do grupo local que atuam em outros níveis é também um dos elementos principais da autonomia. Se o grupo não tem essa liberdade ou capacidade, o que acontece em situações de tutela por parte do estado nacional, não existem condições adequadas para pensar num etnodesenvolvimento.

Diante disso, o projeto do coletivo se compromete com famílias que ganham poder econômico e político. O Engenho II já apresenta suas fissuras sociais, o que não impede de, aos poucos, as demais comunidades e territórios do Sítio, mesmo desconhecendo a existência de seus potenciais produtos turísticos, aspirarem que o turismo também seja implantado neles.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os Kalunga estariam interessados no turismo como alternativa de desenvolvimento? Em sua totalidade, eles ainda não se reconhecem como portadores de uma diversidade cultural condutora para o etnodesenvolvimento, devido a estar muito sedimentado o capital ecológico como o atrativo mais valorizado e procurado pelos visitantes. Contudo, é visível a identificação de paisagens culturais alternativas e emergentes da realidade socioespacial gestada e reelaborada na perspectiva do turismo.

Com isso, evidencia-se a modernização, útil, necessária e almejada pelas comunidades, notadamente no Engenho II. Porém, ela não deve causar o comprometimento do seu patrimônio físico e cultural, os espaços de vida e territorialidades socialmente construídas..

É muito recente o tímido controle exercido pelos Kalunga na atividade turística como processo econômico. As etapas para transformar um potencial em produto turístico, implantar uma infraestrutura, fazer um

marketing de seus produtos, do seu território, comercializar e reinvestir esbarram na falta de capacitação dos membros da organização para desempenhar cada uma dessas fases e a incapacidade de controlar os fatores externos desfavoráveis.

No caso específico do Kalunga, a apropriação do seu patrimônio pelo turismo é uma decisão estratégica, vinculada a um processo socioeconômico mundial, que é, segundo expressão de Vallbona e Costa (2003), a turistização: o turismo enquanto se integra profundamente na economia local, convertendo-se na principal atividade econômica, potencializa e revaloriza o patrimônio cultural espetacularizado para tal propósito.

Conceber o turismo como elemento para o etnodesenvolvimento deveria contemplar a dimensão social como fundamental. Todavia, se os grupos sociais não são vistos na totalidade esgarçam-se as relações sociais quando os interesses financeiros predominam e notam-se exclusões e inclusões sociais, como na comunidade de Engenho II. Há um constrangimento devido ao entendimento de que o Sítio é de todos, mas o que é cobrado para a entrada nele não é socializado entre todos os moradores da comunidade.

Não há dúvidas de que o turismo é uma oportunidade a ser aproveitada para revalorizar o Sítio, potencializar o etnodesenvolvimento. Entretanto, ele é um agravante da baixa condição socioeconômica de alguns Kalunga, com a ascensão de poucos. Há dúvidas, portanto, se ele é a via equivocada que conduz ao empobrecimento do patrimônio Kalunga.

Os Kalunga correspondem hoje a atores fundamentais no cenário político-cultural-regional. Ao focalizar os Kalunga sob essa perspectiva, emergindo coletivamente como entidades políticas capazes de estabelecer alianças/parcerias, pode-se superar as limitações das concepções que têm classicamente visualizado o Quilombola como personagem "isolado" ou "exótico". Presentemente, o que eles reivindicam é o direito de se exprimirem social e politicamente e, para além disso, o

direito à própria diversidade cultural, o ser Kalunga.

A certeza reside na crença de que o turismo é a chave para o etnodesenvolvimento. Porém, depende de outros aspectos: que os Kalunga consigam o controle sobre suas próprias terras, seus recursos, sua organização social e sua cultura, e tenham habilidade para negociar com o estado o estabelecimento de relações segundo seus interesses.

A etnogeografia abriu janelas para os conhecimentos que responderam as indagações e a hipótese. No entanto, é o turismo, efêmero, e um território polissêmico que apontarão as pistas, certamente, para o etnodesenvolvimento.

5. REFERÊNCIAS

ABA, Associação Brasileira de Antropologia. Comitê de quilombos. Acesso em 16 de abril de 2017, disponível em <<http://www.abant.org.br/?code=2.39>>; <http://www.abant.org.br/conteudo/005COMISSOESGTS/quilombos/DocQuilombosABA_1a.pdf>.

ALMEIDA, M. G. "Oportunidades e desafios para o turismo responsável e compartilhado no Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga-Goiás", Colóquio de Turismo de Goiás, 6, 2012, Goiânia. 2012.

_____. "Dilemas territoriais e identitários em sítios patrimonializados: os Kalunga de Goiás". In PELÁ, M.; CASTILHO, D. Cerrado: perspectivas e olhares. Goiânia: Ed. Vieira, 2010 b, p113 a 130.

_____. Territórios de Quilombolas: pelos vãos e serras dos Kalunga de Goiás - patrimônio e biodiversidade de sujeitos do Cerrado. Revista Ateliê Geográfico. EDIÇÃO ESPECIAL, Goiânia-GO, v. 1, n. 9, p.36-63, fev/2010 a.

AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno – A Pluralidade da Geografia e a Necessidade das Abordagens Culturais. In: KOZEL, Salete, SILVA, Josué da Costa, GIL FILHO, Sylvio Fausto. Da Percepção e Cognição à Representação: Reconstruções Teóricas da Geografia Humanística. São Paulo: Terceira Margem/ NEER, 2007, p. 15-35.

ANDERSON, Anthony; CLAY, Jason– Esverdeando a Amazônia: Comunidades e Empresas em Busca de Práticas Para Negócios Sustentáveis. São Paulo: Fundação Petrópolis/ IIEB, 2002,

BERINGUIER, C. Manières paysageres. Première partie une méthode d'étude. GEODOC. Document de Recherche à 1, UFR Géographie et aménagement. Université de Toulouse, n. 35, 1991. p. 2-58.

BATALLA. G. B. "El Etnodesarrollo: sus premisas jurídicas, políticas y de organización"; América Latina: Etnodesarrollo y Etnocidio: Ediciones FLACSO, 1982, 133-145..

_____. La teoría del control cultural en el estudio de procesos étnicos. Estudios sobre las Culturas Contemporáneas . Colima Universidad de Colima vol. IV, núm. 12, 1991, pp. 165-204.

_____. Pensar nuestra cultura. Alianza Editorial, 1991.

BONNEMAISON, Joel.. Voyage au tourn de territoire.. L'Espace Géographique, 1981.

BRANDAO, C. R.. O conhecimento partilhado para a decisão solidária - a experiência da pesquisa participante na Diocese de Goiás durante os anos de Dom Tomás Balduino. In: Ivo Poletto. (Org.). Uma vida a serviço da humanidade - Diálogos com Dom Tomás Balduino. 1ed. São Paulo / Goiás-GO: Loyola e Ed. Rede, 2002, v. 1, p. 139-147.

BRANDAO, C. R.. Escrito com o olho. Revista de Antropologia Visual, v. 1, n.set/out, p. 1-27, 2005

BRANDAO, C. R.. Minha casa, o mundo. Aparecida, SP: Idéias e Letras, 2008. v. 1. 184 p .

CASANOVA, P. G. Sociología de la explotación. México: Siglo XXI, 1969.

CET. Projeto observatório para o Turismo sustentável. Disponível em <http://www.cet.unb.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1941:projeto-observatorio-para-o-turismo-sustentavel&catid=24&Itemid=101>, Acesso em 23 de abril de 2017.

CET. Centro de excelência em Turismo – UNB. Disponível em <<http://www.cet.unb.br/>>, Acesso em 23 de abril de 2017.

CLAVAL, Paul – A Geografia Cultural. Tradução de Luís F. Pimenta e Margareth C. A. Pimenta. Florianópolis: Editora UFSC, 1999, 453 p. Original Francês.

_____. - Le Territoire dans la Transition à la Postmodernité. Géographie et Cultures, Paris, n. 20, p. 93-112, 1996.

- COSGROVE, Denis E.— A Geografia Está Em Toda a Parte: Cultura e Simbolismo nas Paisagens Humanas. In: CORRÊA, Roberto Lobato, ROSENDAHL, Zeny. Paisagem, Tempo e Cultura. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998, p. 92-122.
- DEUS, José Antônio Souza. Processos de Desterritorialização/ Reterritorialização e Paisagens Culturais Emergentes/ Excluídas em Rondônia. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 4, 2009, Niterói (RJ), Anais... Niterói (RJ), UFF/ UERJ, 2009 b, CD-ROM, p. 1-21.
- DIEGUES, A. C. Áreas naturais protegidas, o turismo e as populações tradicionais. In: SERRANO, C. M. T. I.; BRUHNS, M. T. Viagens à natureza: turismo, cultura e ambiente. Campinas: Papirus, 1997. p. 85-102.
- GIMÉNEZ, Gilberto. Território, cultura e identidades. La región sociocultural. In: BARBERO, J. M.; ROCHE, F. L.; ROBLEDO, A. (eds) Cultura y Región- Bogotá: Ces/ Universidad Nacional /Ministerio de Cultura, 2000, pp. 87-132.
- GRÜNEWALD, Rodrigo. A. Etnodesenvolvimento indígena no Nordeste (e Leste) :aspectos gerais e específicos.. Revista ANTHROPOLOGICAS, ano 7, volume 14 (1 e 2): 47-71 (2003).
- LIMA, L. N.; ALMEIDA, M. G. As comunidades quilombolas Kalunga de Goiás: Identidade territorial, cultura e potencialidades para o desenvolvimento do turismo comunitário. In: IIV Colóquio de Núcleo de Estudos em Espaço e Representações (IIV NEER), 2011, Santa Maria - RS. Anais do IIV Colóquio de Núcleo de Estudos em Espaço e Representações (IV NEER), Santa Maria, 2011, p. 1-12.
- LITTLE, P. E. Etnodesenvolvimento local: autonomia cultural na era do neoliberalismo global. Tellus. Campo Grande-MS, out,2002. ano 2, n. 3, p. 33-52, .
- _____. Etnoecologia e direitos dos povos: elementos de uma novação indigenista. In: SOUZA LIMA, A. C. de; BARROSO-HOFFMAN, M. (orgs). Etnodesenvolvimento e políticas públicas: bases para uma nova política indigenista. 2001, p. 39-47.
- MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS. Programa Brasil Quilombola. Disponível em <<http://www.seppir.gov.br/portal-antigo/comunidades-tradicionais/programa-brasil-quilombola>>, Acesso em 23 de abril de 2017.
- MARINHO, T. Identidade e territorialidade entre os Kalunga do Vão do Moleque. 2008. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia – UFG. 2008.
- MUNANGA, K.; GOMES, N. L. Para entender o Negro no Brasil de hoje: História. São Paulo: Editora Global, 2005
- PINTO, Daniela Gomes- Amazonia- Gestión Comunitária de Productos No Maderables. In: AMIGOS DE LA TIERRA. La Gestión Comunitária de los Bosques. Santiago: Impresos Socias Ltda., 2007, p. 42-44.
- SACHS, I. Ecodesenvolvimento : crescer sem destruir. Trad. de E. Araujo. São Paulo: Vértice, 1981.
- SILVA, A. F. O Discurso sobre Etnodesenvolvimento Quilombola no Governo Lula. Dissertação de Mestrado apresentada no Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Sociologia na Universidade Federal de Sergipe, 2010.
- STAVENHAGEN, R. “Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista”, Anuário Antropológico/84. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985, p.11-44.
- SOUZA, M. M. O. ; PESSÔA, V. L. S. Diagnóstico rural participativo (DRP): um instrumento metodológico qualitativo em geografia. In: RAMIRES, Julio C. de L.; PESSÔA, Vera L. S.. (Org.). Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação. 1aed.Uberlândia -MG: Assis Editora, 2009, v. 0, p. 199-220.
- SUÇUARANA EXPEDIÇÕES. Visite Cavalcante. Disponível em: <<http://visitecavalcante.blogspot.com.br/p/promocao-sucuarana-expedicoes.html>>, acesso em 23 de abril de 2017.
- VALLBONA, M. C; COSTA, M. P. Patrimônio Cultural. Madrid: Editora Síntesis, 2003.
- VERDEJO, M. E. Diagnóstico rural participativo: guia prático DRP. Brasília: MDA, 2006.]